



SOCIEDADE

Salto em 1 ano contra insegurança alimentar

De 2023 para 2024, 2,2 milhões de famílias deixaram de ter restrições no acesso à comida, segundo o IBGE

» RAFAELA BOMFIM*
» LETÍCIA CORRÊA*

O Brasil registrou, em 2024, o menor nível de insegurança alimentar das últimas duas décadas, mas o quadro continua desigual entre as regiões. Dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 24,2% dos domicílios brasileiros ainda convivem com algum grau de incerteza sobre o que comer — equivalente a 18,9 milhões de lares. Em 2023, a taxa era de 27,6%. A redução representa 2,2 milhões de famílias a menos em insegurança alimentar em apenas um ano.

A pesquisa, realizada pela PNAD Contínua com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), indica melhora generalizada, mas com concentração dos casos mais severos no Norte (37,7%) e no Nordeste (34,8%). No Sul, o índice foi de 13,5%; no Sudeste, 19,6%; e no Centro-Oeste, 20,5%. A Região Norte apresenta taxa de insegurança alimentar grave, de 6,3% — quase quatro vezes maior do que a observada no Sul (1,7%).

Entre os estados com piores índices, destacam-se Pará (44,6%), Roraima (43,6%), Amazonas (38,9%), Bahia (37,8%), Pernambuco (35,3%) e Maranhão (35,2%). Já Santa Catarina (9,4%) e Espírito Santo (13,5%) figuram entre os melhores resultados. Em números absolutos, o Nordeste reúne 7,2 milhões de domicílios com algum grau de insegurança alimentar, seguido pelo Sudeste, com 6,6 milhões.

Nas áreas rurais, o problema é mais frequente: 31,3% dos lares enfrentam algum tipo de restrição no acesso a alimentos, enquanto nas cidades o percentual é de 23,2%. Segundo o IBGE, “a redução da insegurança alimentar reflete uma combinação de fatores, entre eles o aumento da renda, o fortalecimento das políticas sociais e a estabilidade dos preços de alimentos básicos”. A nota técnica do instituto ressalta que “apesar da melhora, as desigualdades regionais ainda são significativas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde há maior dependência de políticas públicas e menor dinamismo econômico”.

O percentual de insegurança alimentar grave — que é quando a fome atinge também as crianças — caiu de 4,1% para 3,2%, totalizando 6,4 milhões de pessoas — o menor

número desde 2004. Já a proporção de segurança alimentar plena cresceu de 72,4% para 75,8%, alcançando o melhor resultado em 12 anos.

Os dados mostram, também, que 59,9% dos lares com insegurança alimentar são chefiados por mulheres, e 54,7% têm responsáveis pardos. Entre as famílias com fome grave, 65,7% dos responsáveis têm até o ensino fundamental completo, e 66,1% vivem com renda per capita de até um salário mínimo.

Desigualdade

A desigualdade etária também aparece: 3,8% das crianças e adolescentes, de cinco a 17 anos, convivem com insegurança alimentar grave, contra 2,3% entre idosos. A vulnerabilidade é maior entre famílias numerosas e nas regiões com menor infraestrutura social e produtiva.

Segundo o IBGE, 62,6 milhões de brasileiros ainda vivem algum grau de insegurança alimentar. “A melhora é expressiva, mas ainda há um contingente relevante de famílias que enfrentam restrições, sobretudo nas regiões com menor renda média e maior dependência do autoconsumo”, observa.

Em 2025, o Brasil também consolidou a saída do Mapa da Fome da FAO/ONU, ao atingir menos de 2,5% da população em risco de subnutrição. O avanço recoloca o país entre os que têm o direito humano à alimentação como política de Estado. Mas o desafio, segundo especialistas e o próprio IBGE, será manter o ritmo de redução e enfrentar as desigualdades persistentes no Norte e Nordeste, onde a fome ainda é uma realidade diária.

O ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) destacou que “o Brasil voltou a alcançar um nível histórico de segurança alimentar em dois anos, enquanto, antes, levou uma década”. Ele atribuiu o avanço ao Plano Brasil Sem Fome, criado em 2023, que prevê o aumento da renda, a inclusão em programas sociais e a ampliação do acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis.

O economista Luciano Bravo, da Inteligência Comercial, avalia que “a expansão da ocupação formal, o reajuste real do salário mínimo e o arrefecimento da inflação de alimentos em 2024 ampliaram o poder de compra das famílias de menor renda, que destinam grande parte do orçamento à alimentação”.

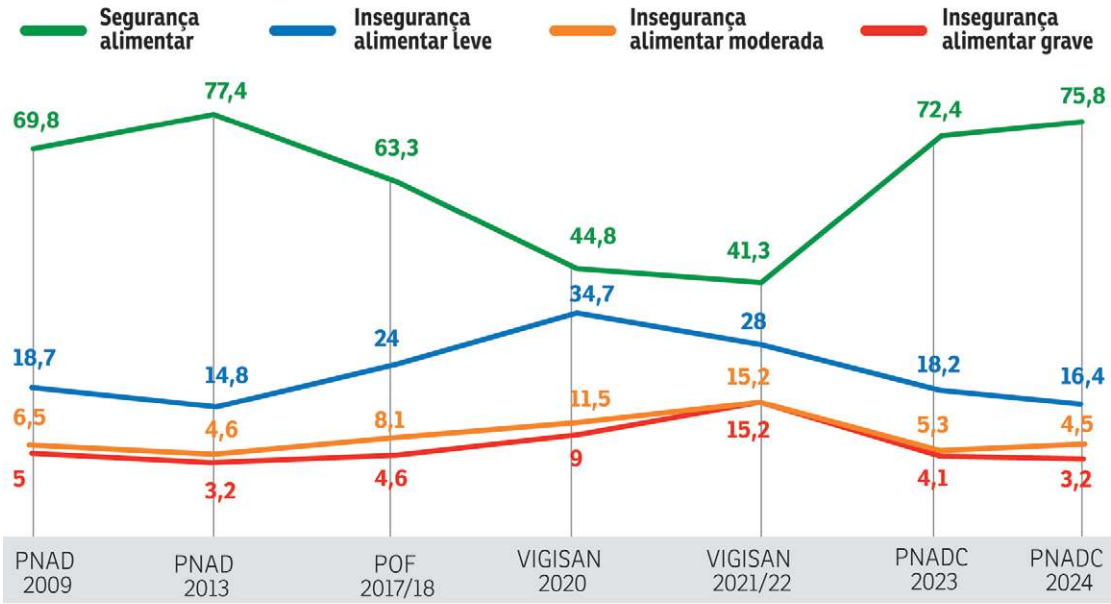
Ed Alves/CB/D.A Press



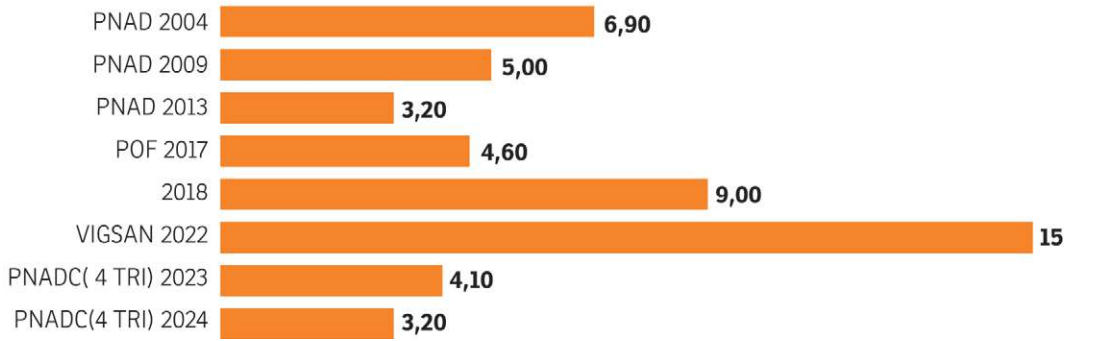
Apesar dos avanços, os percentuais de insegurança alimentar no Norte e no Nordeste são considerados críticos

O Brasil contra um flagelo

Situação de segurança alimentar existente nos domicílios no período de 2009 a 2024



TRAJETÓRIA DA FOME NO PAÍS (Em %)



FALSIFICAÇÃO COM METANOL

Fábrica clandestina é fechada

» IAGO MAC CORD*

A Polícia Civil de São Paulo fechou, ontem, uma fábrica clandestina de bebidas alcoólicas em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, que utilizava etanol adulterado com metanol nas falsificações. A investigação aponta que a compra do produto já contaminado pode ser a origem das intoxicações que resultaram em cinco mortes confirmadas no estado.

Na operação, uma pessoa foi presa em flagrante. A proprietária do local responderá por falsificação, corrupção ou adulteração de substâncias ou produtos alimentícios. A pena prevista para este crime é reclusão de quatro a oito anos e multa.

A fábrica clandestina está

relacionada a pelo menos dois óbitos. A apuração que levou à descoberta teve início depois que um empresário de 54 anos passou mal, em 12 de setembro, e quatro dias depois perdeu a vida por não resistir à intoxicação.

No bar frequentado pela vítima, na Mooca, foram apreendidas nove garrafas, sendo que oito continham metanol. A Polícia Técnico-Científica detectou percentuais da substância variando de 14,6% a 45,1% nas garrafas — algumas, aliás, continham apenas metanol.

No total, 1,8 mil garrafas foram apreendidas em diversos estabelecimentos, sendo que, dessas, 300 passaram por perícia. Cerca de 50% dos recipientes apresentaram de 10% a 45% de metanol.

Em depoimento, o proprietário do bar confessou ter comprado as garrafas de uma distribuidora não autorizada — e que, segundo a polícia, utilizava etanol de postos de combustíveis na falsificação das bebidas.

O número de casos de intoxicação por metanol confirmados no Brasil subiu para 29, segundo dados do Ministério da Saúde apresentados ontem. Um aumento de cinco registros positivos de envenenamento pela substância com relação ao último balanço, divulgado quarta-feira.

Há 217 ocorrências que estão em investigação. Segundo a pasta, as mortes não aumentaram.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

Polícia Civil de São Paulo



Fábrica clandestina comprava produto para adulteração em postos

VIOLÊNCIA

STJ mantém condenação de ex-deputado por assédio

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a condenação de Fernando Cury, o ex-deputado estadual de São Paulo, por importunação sexual contra a também ex-deputada estadual Isa Penna. O episódio ocorreu em dezembro de 2020, durante uma sessão da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), quando ele tentou apalpar, por trás, os seios da ex-colega. Com a decisão, Cury torna-se inelegível por oito anos.

O ex-parlamentar foi condenado a um ano, dois meses e 12 dias de prisão em regime aberto, além do pagamento de multa equivalente a 20 salários mínimos, que deverão ser destinados a uma entidade pública ou privada. A pena foi substituída por prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período.

A Sexta Turma do STJ rejeitou o recurso apresentado pela defesa do ex-deputado, que pedia a revisão das provas analisadas nas instâncias anteriores. O ministro relator Antonio Saldanha Palheiro afirmou que o pedido de absolvição dependeria do reexame de provas, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ, que impede a Corte de reavaliar fatos já julgados.

O magistrado destacou, ainda, que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) reconheceu que a conduta de Cury, ao se esfregar contra o corpo de Isa Penna e tocar a lateral de seu seio sem consentimento, configurou o crime de importunação sexual, previsto no Código Penal.

"Vitória coletiva"

Em nota, a ex-parlamentar afirmou que a decisão representa uma vitória coletiva das mulheres que sofrem violência política de gênero. “A violência política de gênero é diariamente perpetrada nos espaços políticos brasileiros, na forma da violência sexual ou do controle social sobre as mulheres. Creio que o mérito dessa vitória pertence a todas nós, mas ainda não é a realidade da mulher trabalhadora, que se vê sozinha e sem voz para denunciar os assédios que sofre”, frisou.

O caso de assédio sexual foi registrado pelas câmeras da TV Alesp. Nas imagens, Isa conversa com o então presidente da Casa, Cauê Macris (PSDB-SP), quando Cury se aproxima por trás, coloca a mão na lateral do seio da deputada e, em seguida, é empurrado por ela. O episódio motivou a cassação do parlamentar pela Alesp e a denúncia criminal apresentada pelo Ministério Público.

Procurado, Cury não se manifestou até o fechamento desta edição.

» Planos de saúde: maior utilização

Os beneficiários de planos de saúde realizaram 1,93 bilhão de procedimentos em 2024, um aumento de 0,3% em relação ao ano anterior. É o que aponta o Mapa Assistencial da Saúde Suplementar, elaborado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. O levantamento inclui consultas, exames, terapias, internações e atendimentos odontológicos, autorizados pelas operadoras ao longo do ano. De acordo com o levantamento da ANS, no topo do ranking continuam os exames ambulatoriais, que responderam por 1,18 bilhão de registros, aumento de 0,7% em relação ao ano anterior. No período, foram realizadas 284,5 milhões de consultas, aumento de 3,3% em comparação com o ano anterior.